

## **Balanço e planos do Coletivo de Mulheres Mara Helena dos Reis**

"Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres"

Rosa de Luxemburgo

1. Nós, trabalhadoras do Judiciário Federal em São Paulo, nos dirigimos às e aos participantes do 9º Congresso do Sintrajud, para apresentar o nosso Coletivo de Mulheres e trazer a necessária discussão sobre a desigualdade de gênero na sociedade. Aproveitamos para pontuar que nossa finalidade é nos fortalecermos a todas para que possamos fazer da luta das mulheres, a luta da classe trabalhadora de conjunto, pois quando um setor da classe deixa de ser oprimido, a vitória é de toda a classe.

2. O primeiro passo para superar a opressão é reconhecê-la. A desigualdade de gênero e outras (raça, sexualidade, etc.) não são naturais e nem sempre existiram; são uma construção social que favorece o dominador (opressor). A dominação social da mulher nada tem a ver com a biologia, força física, inteligência ou maternidade. Há bastante tempo nós, mulheres, lutamos contra a opressão; enfrentamos duras batalhas por igualdade de direitos e conquistamos vitórias importantes, mas ainda amargamos salários menores, a responsabilidade pelos cuidados com a casa, filhos e idosos e, principalmente, a violência machista.

3. É importante destacar que em um dos períodos mais difíceis da humanidade, a pandemia de Covid-19, a vida das mulheres se tornou ainda mais oprimida, com o aumento dos casos de violências domésticas e maior sobrecarga de tarefas, sendo obrigadas a conciliar afazeres domésticos com o home office. Neste período, houve um grande aumento da sobrecarga mental sobre as mulheres; a responsabilidade e o cuidado com toda a família, a organização da casa, os cuidados sanitários necessários à preservação da saúde e da vida de si, da sua família e da sociedade e a adaptação ao trabalho à distância, levaram muitas mulheres à exaustão mental e emocional.

### **Uma história curta, mas vitoriosa**

4. O reconhecimento da desigualdade de gênero e as denúncias de assédios e discriminação contra mulheres na categoria do Judiciário Federal de São Paulo trouxeram a necessidade de aprofundar a discussão sobre o tema. No 1º Encontro Estadual de Mulheres do Judiciário Federal de São Paulo, fundamos o Coletivo de Mulheres do Sintrajud, em 28 de outubro de 2017, para organizar as mulheres e as ações contra o machismo e todas as formas de opressão.

5. Em cinco anos de atividade, além da participação nas manifestações unitárias no dia da mulher (08/03) e no dia Internacional da Mulher Negra, Latina Americana e Caribenha (25/7), tivemos conquistas importantes. Integramos, em 2019, a luta contra o fechamento da creche do TRT-2, empunhando essa bandeira com a Associação das Mães Trabalhadoras do TRT2, o conjunto da diretoria do Sintrajud e a categoria; a mobilização em defesa da creche seguiu até este ano de 2023. O vitorioso movimento obrigou a administração a retomar a abertura de matrículas e ampliou o horário de funcionamento. Estivemos presentes para garantir a redução de jornada das servidoras que amamentam (programa Mãe Nutriz) em todos os ramos. Forçamos a criação de um Grupo de Trabalho sobre Assédio Moral e Sexual no TRT-2 e o estabelecimento de normativas para tratar o assunto no TRF/JF; mesmo que insuficientes só existem porque provocamos o debate. Desde sua criação em 2017, ampliamos o debate sobre reforma previdenciária, debate que já acontecia na classe trabalhadora e no Sintrajud desde 2016. Fizemos o debate de seus efeitos nefastos à classe trabalhadora, com recorte de gênero e raça. O debate perdurou até 2019, quando a reforma foi aprovada.

6. Foram realizados quatro seminários para debater, como ressalta Angela Davis, que raça, gênero e classe são um sistema articulado de opressão que deve ser enfrentado a partir de uma perspectiva antirracista, pois só assim libertaremos todas as mulheres.

7. Em 2019, nosso Coletivo foi batizado com o nome da companheira da Justiça Federal de São Bernardo do Campo MARA HELENA DOS REIS, brutalmente assassinada na véspera de Natal de 2018 pelo cônjuge. Também tivemos três atividades sobre autodefesa e participamos, pela primeira vez, organizadamente, do 1º Encontro de Mulheres da Fenajufe.

8. Foi desafiador para a organização do Coletivo de Mulheres o período da pandemia, tanto pela sobrecarga, ainda maior, que nós mulheres tivemos e o desafio de organizar o coletivo majoritariamente por meios de comunicação virtual, fazendo com que as rodas de conversas, formações políticas, acolhimentos, manifestações, etc, fossem adaptados à virtualidade sem perderem sua qualidade e força política. Durante esse processo ocorreram muitas lives e encontros virtuais para debater o momento crítico em que a sociedade estava inserida e principalmente a situação das mulheres nesse contexto.

09. O Coletivo de Mulheres realizou em 2021, um calendário de Encontros de Formação Política, em que diversos temas foram estudados e debatidos, entre esses, sexualidade, história e tipos de feminismos, o que são violências de gêneros, entre outros temas, aprofundando ainda mais o

conhecimento e fortalecendo a luta e organização das mulheres frente ao patriarcado. Em 2022, tivemos importantes encontros incluindo uma discussão sobre feminismo indígena e luta contra o racismo; nossas atividades seguiram em 2023, de forma híbrida, debatendo a história da luta das mulheres no Brasil.

10. A luta contra o assédio, em todas as suas formas de opressão, foi umas das principais bandeiras do Coletivo de Mulheres. A estrutura pública, cada vez mais, vem sendo forçada a funcionar com menos recursos, consequência do neoliberalismo que segue avançando, a exemplo da EC 95 que impôs teto de gastos, aprovada em 2016, congelando por até 20 anos investimentos nos setores públicos, levando ao aprofundamento da lógica absurda de “fazer mais com menos”, pressionando por metas abusivas e maiores exigências de prazos e produtividade. Neste contexto, vem se consolidando o assédio como forma de gestão, podendo ser identificado como um tipo de assédio, o institucional, que viola todas as condições de uma rotina de trabalho digna, respeitosa e satisfatória.

11. Tivemos importante papel, juntamente com a diretoria do Sintrajud na luta contra a absurda demissão da servidora e dirigente da entidade, Beatriz Massariol. Revertemos em 2023 a demissão de Beatriz numa luta exemplar conduzida pelo nosso sindicato que dialogou com amplos setores da sociedade brasileira.

12. O coletivo de mulheres se mobilizou pelo imediato afastamento do Juiz do TRT2 Marcos Scalécio, após centenas de denúncias de assédio sexual reveladas pela ONG “Me Too Brasil”. Organizamos protestos no fórum Ruy Barbosa, local onde trabalhava o Juiz, e denunciemos amplamente nas redes sociais, exigindo que não houvesse impunidade e seguimos na luta por justiça, pois mesmo com o afastamento não há solução definitiva para este caso.

13. Ainda temos muito a fazer, mas para isso é fundamental o envolvimento de todas as mulheres da categoria que compreendem que a luta contra a opressão está acima das nossas disputas eleitorais e divergências políticas no campo classista. Nosso Coletivo é aberto às servidoras de todos os tribunais, trabalhadoras terceirizadas que atuam nos prédios do Judiciário e funcionárias do Sintrajud.

## **Organizar a luta contra os retrocessos com perspectiva feminista e antirracista**

14. A conjuntura política atual, mesmo com a derrota eleitoral de Bolsonaro, ainda é a de agravamento das péssimas condições de trabalho no serviço público em razão dos arrochos orçamentários e das reformas frutos do projeto neoliberal que segue hegemônico no Brasil.

15. Simone de Beauvoir escreveu há algumas décadas e continua atual: “Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida.”

16. As mulheres, em especial as negras, são as que sofrem mais profundamente os ataques. Segundo a PNAD Contínua, do terceiro trimestre de 2022, revelou que 47,9 milhões de mulheres com mais de 14 anos fazem parte da força de trabalho e 41,8 milhões estão fora; das 5,3 milhões de mulheres desocupadas, 3,4 milhões são negras; a média nacional de desemprego era de 9,3% - sendo de 6,5% para os homens e 9,8% para as mulheres (quase 40% maior).

17. Considerando os altos contingentes de desocupados, desalentados e subocupados, que não entram nas estatísticas de desemprego, os números são bem maiores. As mulheres ainda têm peso preponderante nas tarefas domésticas, o chamado “trabalho invisível” ou não remunerado. Os dados de 2022 dizem que nós mulheres representamos 64,5% do total de pessoas fora do mercado de trabalho e 55% dos desalentados deste país; de 2,3 milhões de desalentadas, 1,6 milhões são mulheres negras. No geral, os salários das mulheres são, em média, 21% menores que dos homens, mesmo nos empregos tradicionalmente femininos, como os domésticos; a maioria dos domicílios brasileiros são chefiados por mulheres. As relações de poder e desigualdades são construídas a partir de papéis atribuídos historicamente a homens e mulheres, negras e negros.

18. No serviço público a discriminação de gênero faz com que poucas consigam acesso a cargos de chefia ou supervisão.

19. A ‘reforma’ da Previdência do governo Bolsonaro foi um duro golpe contra a classe trabalhadora e mais ainda contra as mulheres, que permanecem em duplas ou triplas jornadas, mas amargam o aumento da idade mínima para se aposentar, a redução das pensões e a sobretaxação no serviço público. Com a ‘reforma’ trabalhista, o trabalho intermitente e o teletrabalho, apresentados

como “vantagem”, na verdade impuseram o retorno da mulher ao espaço privado e a obrigação com os cuidados familiares.

20. A reforma administrativa vem nos ameaçando com redução de salários e perda de estabilidade desde 2020. No ano de 2022, nosso coletivo participou ativamente da luta contra a PEC 32/2020, que pretendia privatizar o serviço público e colocar a população, especialmente as camadas mais pauperizadas, em situação de indignidade. Objetivava privatizar áreas como saúde e educação, já tão precárias, passando-as às mãos do grande empresariado nacional e internacional. O serviço público de maneira geral seria totalmente prejudicado e se não fosse a luta travada com mais de 14 caravanas a Brasília, juntamente com os demais sindicatos do Judiciário e de outras categorias do serviço público, especialmente saúde e educação, que culminou com o arquivamento dela, estaríamos em situação ainda mais deplorável no país que enfrentou a maior crise sanitária e humanitária dos últimos tempos. Não podemos nos iludir e achar que isso encerra a ofensiva contra o serviço público, mas o arquivamento naquele momento não deixou de ser uma vitória gigantesca. O judiciário não está livre dessas ofensivas e, se não aprovada a PEC, ela não está descartada totalmente e pode ser reativada a qualquer momento. Além disso, as reformas acontecem por dentro do judiciário de um modo ou de outro, com a não abertura de concursos públicos, com tentativas de terceirização dos serviços internos através de estagiários, reformas estruturais como implantação de CPEs, etc. A precarização e a ideia de “fazer mais com menos”, lema atual das gestões do judiciário, trazem ainda mais o assédio institucionalizado como forma de gestão. Nosso coletivo nesse momento é de suma importância porque as queixas chegam de forma anônima e dessa forma são acolhidas e tratadas.

21. Só o reconhecimento da desigualdade e a luta conjunta da classe trabalhadora têm o poder de barrar mais retrocessos. Não somos sexos opostos. Devemos ser parceiras e parceiros no âmbito da classe trabalhadora, na luta pela igualdade e identidade de gênero, raça, orientação sexual, e por uma sociedade justa.

### **Pela igualdade de gênero no Judiciário**

22. Em março de 2018, lançamos a cartilha “Assédio sexual: a culpa nunca é da vítima” e a campanha “Assédio Sexual não pode ser segredo na Justiça”. É fundamental que a campanha se aprofunde e cobre das administrações dos Tribunais, que casos de assédio sexual cometidos dentro do nosso ambiente de trabalho, tenham tratamento rápido, respeitando e acolhendo a vítima e punindo exemplarmente o agressor. Que possamos saber a quem recorrer e a melhor forma de nos

proteger desses ataques. Necessário avançar numa perspectiva feminista e antirracista as iniciativas do Sintrajud. Por isso, propomos um calendário de atividades para este ano que passa por intensificar nossa formação teórica e política, além de destacar o calendário de lutas do serviço público e movimentos sociais. Reafirmamos a importância de todas as mulheres da categoria participarem das atividades agendadas pelo Coletivo.

23. Para que mais mulheres conquistem espaços no movimento sindical e nos fóruns de decisão de nossa categoria elas precisam ser fortalecidas e ter ambientes acolhedores de formação e formulação política. Por isso, compreendemos que submeter nossas pautas aos companheiros, por mais parceiros de luta que eles sejam, é um equívoco grave e defendemos a auto-organização. Que todas as decisões sobre as políticas e propostas que vamos defender nos espaços de representação do Sindicato, assim como as nossas delegações, sejam decididas e aprovadas em espaços que reúnam somente mulheres - convocados pelo Coletivo Mara Helena dos Reis. O Coletivo é um espaço do Sindicato, mas sua autonomia política é fundamental para a luta feminista e classista que se impõe.

Assinam:

1. Luciana Martins Carneiro – Diretora Executiva do Sintrajud, Diretora da FENAJUFE e servidora do TRF
2. Ester Nogueira de Faria – Diretoria Executiva do Sintrajud e Oficial de Justiça aposentada da CEUNI
3. Claudia Vilapiano Teodoro de Souza – Diretoria Executiva do Sintrajud e servidora da Justiça Federal de Campinas.
4. Fausta Camilo de Fernandes – Oficiala de Justiça aposentada - Justiça Federal
5. Bruna Guimarães Nunes dos Santos – Coordenadora do Coletivo de Mulheres do Sintrajud Mara Helena dos Reis e servidora da Justiça do Trabalho – TRT2
6. Marisa Ide – servidora da Justiça Federal/TRF3
7. Mylene Leão – servidora aposentada da Justiça Eleitoral/TRE
8. Rosana Nanarionis – servidora aposentada da Justiça Eleitoral/TRE
9. Camila Oliveira Gradin - Coordenadora do Coletivo de Mulheres do Sintrajud Mara Helena dos Reis e servidora da Justiça do Trabalho – TRT2
10. Ana Maria Fevereiro – servidora aposentada da Justiça Eleitoral/TER
11. Deusa de Assis – servidora aposentada da Justiça Eleitoral/TER
12. Fernanda Marques Rosa – servidora da Justiça Federal/TRF